



## MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO FABS-RPPS

Santo Ângelo, 12 de dezembro de 2010.

### PARECER Nº 02/2010

Os conselheiros do COADFABS, reuniram-se para emitir parecer sobre Projeto de Lei que trata de parcelamentos e alteração de alíquotas.

O Projeto de Lei trata de realizar parcelamento em 60 meses, num montante de R\$11.002.835,84, oriundos de notificação do MPS - Notificação de Auditoria Fiscal – NAF nº 234/2010 e de falta de repasse de valores relativos a alíquota patronal especial dos meses de novembro, décimo-terceiro e dezembro de 2010<sup>1</sup>:

Bônus alimentação	R\$7.815.266,89
Plano de Saúde - IPE	R\$1.787.568,95
Parcelas alíquota patronal 2010	R\$1.400.000,00

Acompanha o PL, parecer limitado aos aspectos jurídico exarado pela DPM, onde conclui objetivamente – item 6:

*desde que demonstrada a viabilidade financeira e atuarial das medidas supra referidas[7], e desde que atendidos os critérios do já citado art. 5º da Portaria MPS nº 402-2008[8], não há óbice jurídico que impeça a proposição, pelo Prefeito Municipal, de Projeto de Lei que as especifique, bem como a análise de tal proposição pela Casa Legislativa. Mais: pelos elementos que nos foram disponibilizados, não há como deixar de alertar que não fazê-lo resultará, por força do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 9.717-1998[9], na não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, documento que habilita o Município à percepção de transferências voluntárias federais, de valores da compensação financeira, à assinatura de convênios, etc. Em acréscimo à necessária comprovação da viabilidade financeira e atuarial das medidas e do atendimento dos critérios definidos no art. 5º da Portaria MPS nº 402-2008, imprescindível a indicação, no Projeto de Lei ora em questão, de dotações orçamentárias suficientes para atender às projeções das despesas com pessoal e aos acréscimos delas decorrentes, bem como a existência de autorização na lei de diretrizes orçamentárias, conforme exige o art. 169, § 1º, I e II, da CR[10]. Também se faz necessária a instrução do Projeto com as estimativas de impacto orçamentário e financeiro de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101-2000[11], com adendo demonstrando haver limite de expansão do percentual das despesas com pessoal.*

<sup>1</sup> Essas parcelas dizem respeito as que são pagas com recursos livres; sendo que o repasse das que possuem vínculos de saúde e educação serão realizados normalmente.

Os membros do COADFABS, passaram a análise do Projeto, verificando a legislação vigente, entre estas a Lei Municipal 1.258/1990, Portaria MPS nº 402/2008 e 403/2008, Lei Federal 9.717/1998 e outras correlatas à matéria. O parecer exarado pela DPM, é de substancial importância, para dar respaldo jurídico à posição dos conselheiros.

Também, realizaram a análise e cálculos das planilhas apresentadas pela administração municipal, sendo resumida conforme tabela anexa sob nº 01, com valores aproximados.

Acompanha o PL a nota técnica atuarial nº 1.989 de dezembro de 2010, já incluída em seus cálculos as receitas e despesas contempladas no Projeto de Lei em análise. Esta Nota apresenta o escalonamento de alíquotas, conforme cópia fiel no PL, está avalisada por profissional atuário devidamente reconhecido no mercado que é responsável pelo resultado do mesmo.

Os parcelamentos existentes no momento decorrentes das Leis 3.024/2006 e 3.364/2009, permanecem inalterados.

Fica estabelecido que a partir de janeiro de 2011 não ocorrerá mais pagamento de bônus alimentação para inativos e pensionistas com recursos do RPPS-FABS. Na questão do IPE, isto já encontra-se sanado.

#### **É o parecer:**

- 1- Salvo melhor interpretação jurídica, o Projeto de Lei, atende às formalidades legais.
- 2- A viabilidade atuarial, está acompanhada da Nota Técnica Atuarial nº 1989/2010, com profissional habilitado assinando e se responsabilizando pela mesma.
- 3- A demonstração da viabilidade financeira, permanece inalterada em relação ao exercício de 2010 (pequenas variações), as receitas cobrindo a despesas e havendo a recuperação de passivo de forma lenta porém contínua.
- 4- Fica registrado a necessidade do Município, cumprir com os pagamentos ora assumidos e repassar corretamente os valores relativos as alíquotas patronais, pois esta é uma obrigação mensal do ente, como empregador, da mesma forma que pagar os salários de seus servidores.
- 5- O aceite no Projeto de Lei, se dá sob a forma de "Condição Resolutiva" prevista no Código Civil, ou seja, está sujeito a aceitação pelo Ministério da Previdência Social.

Presentes, à reunião como convidados, o representante do Sindicato dos Municipários, Volmari Carneiro e Rosani Maria Lima Stocker pelo Sindicato dos Professores Municipais, que acompanharam toda a discussão sobre o assunto e deram sua anuência ao voto da maioria dos conselheiros.

Isto Posto, assinam:



HÉLIO COSTA DE OLIVEIRA



GILBERTO BOMM



SANDRA BACK FERREIRA



ÂNGELO GARRAFA



BRUNO WALTER HESSE



FRANCISCO MEDEIROS

Convidados:

VOLMARI CARNEIRO



ROSANE STOCKER